



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10232 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

Em nome de dEUs: a luta trans/travesti cotidiana

Sara Wagner York / Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Denize de Aguiar Xavier Sepulveda - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

José Antonio Miranda Sepulveda - UFF - Universidade Federal Fluminense

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

EM NOME DE dEUs: A LUTA TRANS/TRAVESTI COTIDIANA

Resumo:

Este trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas pelas autoras, tendo como objetivo evidenciar que a atual política do Brasil fundamentalista/extremista é de estímulo a morte em relação as consideradas minorias sexo-dissidentes, em especial as travestis e as mulheres trans. Para isso trabalhamos metodologicamente com o Paradigma Indiciário de Ginzburg (1989), pois se tornou imperioso recolher pistas, indícios e sinais no que diz respeito aos discursos conservadores fundamentalistas/extremistas que recriam a todo momento o estado letalizante (POCAHY, 2016). O paradigma indiciário consiste em investigar o que não está à mostra, já que a realidade não se mostra enquanto tal. Situações que muitas vezes são tidas como insignificantes podem expressar muito ao pesquisador, pois são imagens da realidade pesquisada. A partir da pesquisa observamos o crescimento de um discurso conservador escamoteado de progressista (CUEVAS, 1989). Por fim, ressaltamos que o Estado brasileiro aderiu a um fundamentalismo religioso extremista, uma das basilares fontes dos discursos conservadoras, interditando principalmente os corpos trans. Para fundamentar às discussões com os corpos interditados utilizamos o pensamento de Butler (2016) e refazemos a posição de caminho com e não mais por ou em observância de algum sujeito alocado a margem, sobretudo a população marcada pela radicalidade destes discursos.

Palavras-chave: política; fundamentalista; extremista; travestis

Fundamentalismo ou extremismo

A segunda década do século XXI está se constituindo por uma elevação do discurso

conservador densamente marcado pelo que está sendo denominado de “fundamentalismo” religioso. A palavra “fundamentalismo” vem da compreensão puritana anglo-americano, repercutida nos Estados Unidos, de que os crédulos devem se prender aos “fundamentos” da fé cristã: a Bíblia e suas “narrativas fundamentais”. Sua origem se encontra no século XIX, assim como à reafirmação de dogmas em relação ao liberalismo cristão e o Iluminismo em geral. O uso da expressão no que diz respeito a condutas extremistas, juntamente à atuação e ao posicionamento de determinados frações do campo religioso, colaborou para a concretização de um rótulo negativo aos “fundamentalistas”, alocando-os como os grandes e únicos culpados pelos retrocessos atuais na sociedade brasileira.

A performance de uma parte dos “fundamentalistas” nos debates e embates que resultam nas alterações no campo dos valores e da moral do país, deve ser considerada, mas sem abandonar algumas pequenas evidências que nem todos os segmentos “fundamentalistas” rejeitam a diferença ou agem para brechar as transformações sociais. Portanto, é proeminente trazer a distinção proposta por Vital da Cunha, Lopes e Lui (2017) entre fundamentalismo e extremismo ao falarmos com corpos em emergência, no qual o extremismo, concebe o costume de medidas radicais para atingir os objetivos políticos.

Existem religiosos extremistas em todas as denominações, o que os diferenciam do “fundamentalismo” é a diligência para cessar modificações sociais e infligir seu conjunto de valores. Para materializar essas práticas os agentes extremistas se movimentam em diferentes campos, mas predominantemente no político. São reativos a percepções diferentes de outros modelos sociais. No Brasil agem no intuito de geração de barulho amplificado que produz a impressão de serem a maioria, na tentativa de fazer predominar seus princípios morais e, portanto, acima de qualquer outro padrão ético.

Os movimentos ‘Escola sem Partido’ (MESP) e ‘Brasil Livre’ (MBL) são exemplos disso. Esses grupos ressuscitaram agitações que sobreviviam por aparelhos e através das interfaces, é o caso do Integralismo e de outros de extrema direita. Importante salientar que parte desses movimentos conservadores cresceu em oposição ao período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), segundo eles, o mais corrupto da história. Assim, é imperioso analisarmos como algumas lideranças religiosas se comportaram diante dos governos petistas. No que diz respeito as pautas do aborto, dos Direitos Humanos – sobretudo às pessoas em situação de cárcere - e da população LGBTIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, pessoas Intersexo, Assexuais – popularmente usado por grupos das redes sociais), estes seriam temas polêmicos para o segmento evangélico. Segundo Vital da Cunha, Lopes e Lui (2017) “a mídia cominou tal posicionamento ao compromisso de ocupação de cargos no futuro governo e de apoio financeiro nas eleições”. Nesse sentido, destacamos que na declaração do PT à justiça eleitoral de 2010 consta a remessa de R\$ 4,7 milhões para o partido aliado. No entanto, em 2014 houve a diminuição da adesão evangélica ao PT e à reeleição de Dilma Rousseff.

Assim, em 2014, alegaram que estavam descontentes com o Governo Dilma Rousseff desde o início e aderiram a uma candidatura própria. Naquele momento, para muitas das esferas evangélicas, houve a retomada de uma compreensão que prevaleceu durante parte do século XX - a asseveração de que crente vota em crente. A fala do senador Magno Malta denota tal percepção: “Não podemos ficar com ninguém que não seja o Everaldo. Evangélico ficar contra o pastor é cuspir na nossa bandeira” (VENCESLAU; TOMAZELA, 2014).

Também é necessário abordar o pleito eleitoral de 2016, pois algumas lideranças evangélicas usaram as eleições municipais para solidificar suas forças políticas. Através das disputas eleitorais fizeram uma organização de caráter nacional para sustentar candidaturas protestantes, pentecostais e neopentecostais.

Contudo, o problema essencial desses grupos não era apenas o apoio do governo às pautas feministas e LGBTIA+, mas sim as conquistas progressistas da sociedade, que, de certa maneira, botava em xeque a intensa desigualdade social no país. É importante mencionar que o apoio aos governos do PT, a despeito de consentir um aumento político a esses grupos mais conservadores, também dificultava a implementação de muitos dos seus projetos políticos por inteiro, atrapalhando, assim, a concretização do exercício do poder por esses grupos.

Os governos do PT não resolveram muitos dos problemas estruturais de desigualdade de classe: não taxaram as grandes fortunas, não diminuíram o poder das instituições financeiras e, assim, não sugeriram uma organização social mais justa. No entanto, não podemos negar que houve avanços em relação aos direitos das denominadas minorias políticas, principalmente no que aludiu a direitos sexuais e reprodutivos, como também no enfrentamento da discriminação de gênero, mesmo nesses campos, as direções encaminhadas tiveram várias contradições. Esse panorama se deu no emprego de ambiguidades presente nos atos do Executivo Federal, circunspeto por governos petistas, bem como por uma maior parte de parlamentares ligados à “bancada cristã”. O PT adotou compromissos de campanha que envolviam pautas das mulheres e da população LGBTIA+, mas sua composição enquanto governo, como também a concepção da sua base coligada, que lhe garantia “governabilidade” e abarcava, essencialmente, setores conservadores e agentes religiosos, colaboraram para as contradições da gestão petista e os conflitos intrínsecos a eles.

A atuação do governo petista foi, portanto, complexa, mas não evitou a solidificação de uma paisagem, na esfera federal, de investimento, por meio de programas de governos e ações, na discussão e na consideração da seriedade do debate de gênero, notadamente no que se refere a políticas educacionais. Também é basal resgatar os acordos internacionais assumidos pelo Brasil e as exigências oriundas de várias agências multilaterais em relação a esses programas e iniciativas. Portanto, faz-se necessário salientar o quanto essas forças cooperaram, financeira e politicamente, para o lançamento e a sustentação dessas ações. Um exemplo expressivo foi o “Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça”. Empreendimento do Governo Federal de 2005, um de seus objetivos era combater as dinâmicas de discriminação e desigualdade de gênero e raça perpetradas no ambiente de trabalho.

Tais frutos se colocaram em colisão direta com o extremismo religioso de matriz cristã, que reagiu de maneira violenta. O aumento das igrejas neopentecostais, algumas delas advogando a defesa de uma agenda muito conservadora, adicionado ao fundamentalismo católico e de outras religiões cristãs, acabaram direcionando a sua fúria para as instituições educacionais e científicas. Teorias sem base científica, como a “ideologia de gênero”, a terra plana, a doutrinação comunista (petista) e campanhas contra a vacinação, ganharam força impulsionadas por essas igrejas. Tais ideias obtiveram muita força em nosso país possibilitando dar base discursiva para a eleição do presidente Jair Bolsonaro, representante do discurso conservador extremista religioso. Desde o início de seu governo, o ataque às ciências e o combate a “ideologia de gênero” foram balizas de seu mandato, além do seu total desprezo à educação pública, gratuita, laica e universal, estimulando práticas de violência com relação as pessoas LGBTIA+, em especial com as travestis e com as mulheres trans.

Os corpos travestis

Os corpos travestis, como corpos-significados, são considerados como abjetos e descentralizados nos aspectos sociais e de proteção à vida. Esses corpos apresentam recortes

hierarquizados nas relações de poder, inferiorizados nas representações sociais e subalternizados pelos discursos fundamentalistas/extremistas.

Butler (2016) enfatiza que o gênero é sempre adquirido. Assim, como o sexo não causa o gênero e o gênero não pode ser entendido como expressão ou reflexo do sexo, o que desfaz a tentativa explicativa por parte desses sujeitos extremistas, ao tentarem justificar o binarismo nos gêneros com a biologia e “segundo a Bíblia” ao dizerem que Deus criou o homem e a mulher, mas não usarem a mesma regra ao contextualizar o “homem vindo do barro”, se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo, seja tornar-se de um dado gênero, em outras palavras, a categoria de "mulher" não seria necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e "homem" não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos. Dessa forma a especificidade travesti deixaria de ser estática, assim como a especificidade mulher, homem etc.

O corpo está sempre sitiado, sofrendo a destruição pelos próprios termos da história. E a história é a criadora de valores e significados por uma prática significativa que exige a sujeição do corpo (BUTLER, 2016, p. 225). Os corpos travestis e trans no contexto fundamentalista/extremista que a sociedade brasileira atravessa estão submetidos a uma política de morte. Portanto, enfatizamos que as dinâmicas tecidas no contexto da sociedade atual, em que opera enquanto norma governamental, baseada em uma política fundamentalista/extremista geram processos de mortes sobre os corpos travestis. O reconhecimento do Brasil como o país que mais assassina e violenta pessoas que fogem da (cis-hétero) normatização ampliam graus de exclusão e precarização de muitas vidas.

No Brasil apenas nos últimos cinco anos o número de pessoas trans/travestis mortas, excede o número do total mundial. No ano de 2020, 175 assassinatos de mulheres trans e travestis foram apresentados no relatório da ANTRA (2021) e destas 97% eram negras e pardas. Ainda sobre 2020, revela-se o total de 350 casos entre 1 de outubro de 2019 e 30 de setembro de 2020, em todo mundo.

Entre os elementos mais comuns nos casos levantados pela pesquisa, aparecem a idade, em 2020 a mais jovem tinha 15 anos, no ano anterior a mais jovem tinha 13 anos. A maioria preta e a totalidade de mulheres (trans/travestis) também contrasta a especificidade nas políticas e discussão sobre feminicídio e amparo por leis como Maria da Penha. Violência dentro ou fora de casa ou da escola contra o corpo trans/travesti jovem ratificam os requintes de crueldades. A falta de rigor na investigação, identificação e prisão dos suspeitos, bem como as subnotificações dos crimes mostram as práticas policiais e judiciais quando o assunto ainda é apresentado como tabu. A impunidade ainda é regra, mesmo diante de confissão, os assassinos são soltos.

Breves Considerações

A midiaticização produzida por grupos fundamentalistas/extremistas religiosos, além de incentivar o ódio como prática corretiva e de “amor ao próximo” dialogam com efeito de descredibilização das vítimas. Os responsáveis por assassinatos cruéis apresentam-se como “pessoas de bem”, de ‘família’ e justificam sua ação com o discurso do imaginário produzido pelo coletivo que ainda corrobora com a ideia de travestis e mulheres trans serem perigosas.

Durante os anos 1980/90 as batidas policiais alocavam travestis como réis, apenas por estarem em vias públicas, sendo apresentadas como suspeitas, o sistema retirou a

legitimidade em “recorrer à Justiça ou às forças policiais, particularmente no caso de pessoas envolvidas em prostituição” (ANTRA, 2021).

Assim o Brasil mais uma vez se coloca como um dos países do mundo que mais ignora as recomendações dos órgãos de saúde, se fez evidente com corpos trans e travestis e faz-se cruel diante da pandemia que assola a todas/os/es/xs. Marcado por políticas de fortalecimento ao neoliberalismo, ao capitalismo e as estruturas patriarcalistas dominantes, a morte de corpos trans/travestis atravessados por dinâmica de classe, raça, gênero e religião, mas não só, seguem o rito de para fortalecer a retirada de direitos amparada por popularismos rasos que parecem sentar-se à mesa enquanto algumas dessas mulheres desaparecem.

Referências Bibliográficas

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais**

brasileiras em 2020. 2021. Disponível em <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CUEVAS, Augustin (Org). **Tempos conservadores**. São Paulo: Hucitec, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

POCAHY, Fernando. **O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção**. Revista Ñanduty 6.8 (2018): 9-22.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. São Paulo/SP, v. 25, n. 72, 2010.

VENCESLAU, P. TOMAZELA, J. M. **Pastor tira apoio evangélico de favoritos**. *Estadão*, São Paulo/SP, 20 jul. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,pastor-tira-apoio-evangelico-de-favoritos-imp-,1531429>>. Acesso em: 19 ABRIL. 2021.

VITAL DA CUNHA, C; LOPES, P.V.L; LUI, J. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014**. Rio de Janeiro/RJ, Fundação Heinrich Böll/ISER, 2017.